

## **HISTÓRIA PÚBLICA BRASILEIRA E INTERNACIONAL: SEU DESENVOLVIMENTO NO TEMPO, POSSÍVEIS CONSENSOS E DISSENSOS**

Bruno Flávio Lontra Fagundes

**Resumo:** A partir da discussão brasileira e internacional, principalmente anglo-saxã, este artigo analisa práticas e desdobramentos conceituais da História Pública – desde seu surgimento, aceito aqui o ano de 1978 pelo texto de Robert Kelley, “The Public History Its origins, nature and prospects”, até a segunda década dos anos 2000, visando alcançar algumas tentativas de definição do campo da História Pública já razoavelmente consolidadas em parte da literatura internacional comparada à recente discussão da literatura brasileira, visando possíveis consensos e dissensos acerca do que marca o campo e sua especificidade em algumas realidades nacionais.

**Palavras-chave:** História, história pública, memórias, públicos.

### **Brazilian and international public history: its development in time and possible consensus and dissensions**

**Abstract:** From the Brazilian and international discussion, mainly Anglo-Saxon, this article analyzes practices and conceptual unfoldings of Public History – since its inception, accepted here the year of 1976 by the text of Robert Kelley, “The Public History Its origins, nature and prospects”, until the second decade of the 2000s, in order to achieve some attempts to define the field of Public History already reasonably consolidated in part of the international literature compared to the recent discussion of Brazilian literature, aiming at possible consensus and dissensions about what brand the field and its specificity in some national realities.

**Keywords:** History, public history, memories, public.

### **Historia pública brasileña e internacional: su desarrollo en el tiempo y posibles consensos y disensos**

**Resumen:** A partir de la discusión brasileña e internacional, principalmente anglosajona, el artículo analiza prácticas y desdoblamiento conceptuales de la Historia Pública – desde su surgimiento, acepto aquí el año de 1976 por el texto de Robert Kelley, “The Public History Its origins, nature and prospects”, hasta la segunda década de los años 2000, con el objetivo de alcanzar algunos intentos de definición del campo de la Historia Pública ya razonablemente consolidadas en parte de la literatura internacional comparada con la reciente discusión de la literatura brasileña, visando posibles consensos y disensos acerca de qué marca el campo y su especificidad en variadas realidades nacionales.

**Palabras clave:** Historia, historia pública, memorias, públicos.

*Quando, no silêncio da abjeção, nenhum som pode ser ouvido, salvo aqueles das correntes dos escravos e da voz do delator ... o historiador aparece, encarregado da vingança das nações. (Chateaubriand)*

Este texto organiza primeiras observações de projeto de pesquisa sobre História Pública que pretende acompanhar diferentes atividades desenvolvidas no Brasil e outros países – principalmente anglo-saxões – visando qualificar e definir a História Pública conceitual e epistemologicamente. Embora admitidas as iniciativas de Robert Kelley e Wesley Johnson nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1970 como o início da História Pública (CAUVIN, 2018; DAVISON, 1991), não é incomum um retorno mais distante no tempo. Usarei de textos de autores estrangeiros comparados a textos de autores brasileiros (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018; ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016; ALMEIDA; MENESES, 2018; MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018; MALERBA, 2015).

Os textos estrangeiros consultados no escopo da pesquisa que desenvolvo estão, principalmente, em revistas de literatura inglesa sobre o tema, americana, britânica e australiana, com o fim de verificar atividades de história pública pouco usuais no Brasil, como consultoria histórica a empresas, assessoria a projetos de turismo e patrimônio, criação de arquivos empresariais, curadoria de museus, histórias de família, atividades junto a órgãos governamentais, serviços de produção histórica a sociedades comunitárias de história local e estadual, participação de historiadores no processo de elaboração de políticas públicas. O debate sobre a História Pública em realidades diversas pode firmar que uma definição precisa que valha para todos é, em tese, impraticável, uma vez que, em cada país onde ela está em debate, algumas práticas nem aparecem no horizonte de discussão.

Numa primeira visão, o que se nota pela leitura dos textos americanos, australianos e ingleses consultados, quando comparados a brasileiros, é a diferença do grau de discussão, marcado por um lapso de trinta a quarenta anos de discussão. A se adotar o caso americano como exemplo, é comum a acusação de que o que a *Public History* faz no país não seja história, mas *business*, o que seria impróprio à história e, uma vez condenável, não caberia nem mesmo na realidade da discussão brasileira.

### **O início da história pública e as primeiras críticas**

Entre considerações teóricas, Cauvin (2018) e Davison (1991) explicam o histórico da trajetória das ideias de história pública partindo dos Estados Unidos e tentando conquistar a Europa, logo adotada, repelida, ou mesmo relativizada pelos europeus. A referida trajetória envolveu países como França (onde Rousso tratou do tema, em 1984), a Inglaterra e a Austrália – países onde, aparentemente, a História Pública americana mais bem foi recebida e adotada, principalmente da parte de historiadores econômicos e sociais – Bélgica, Holanda, Canadá e, já no início dos anos 1980, países africanos como Costa de Marfim e Nigéria.

Num périplo nos anos 1980 visando a disseminação da História Pública, o americano Wesley Johnson participou de conferências, proferiu palestras, encontrou-se com personalidades acadêmicas influentes do meio historiográfico. Durante seu *tour* pela Europa, Johnson presenciou muita crítica na França e na Alemanha relativamente a questionáveis ligações entre a História Pública e o mundo empresarial e, assim, o possível viés da *Public History*<sup>1</sup>.

Como quer Davison (1991), Kelley entende a História Pública como “atividade essencialmente profissional baseada em uma expertise supostamente distintiva de como eventos e instituições evoluem no tempo”<sup>2</sup> (p. 6). Criticado pelo pragmatismo, acusado de fazer da atividade de história meio para conseguir um emprego no mercado econômico de trabalho, a definição de História Pública de Kelley não era sem epistemologia, com alguma caracterização da função social do historiador e da maneira como se conhece o passado para fazê-lo servir aos homens no presente: “o historiador tem um especial modo de ver os negócios humanos, e um especial modo de explicá-los” (1978, p. 111).

---

<sup>1</sup> Para o Brasil, o historiador Rodrigo de Almeida Ferreira percorre os caminhos desse debate no país, identificando o início de sua discussão em torno de 2011 (FERREIRA, 2018, p. 29-38).

<sup>2</sup> Todas as citações de referências de língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

A intenção de formar historiadores públicos em cursos de História Pública surgiu deste raciocínio: “Nós concluímos que o melhor método era começar a treinar pequenos grupos de estudantes graduados em habilidades de história pública, inculcando-lhes a ideia de uma carreira mais pública do que acadêmica, e enviando-lhes para fora [da universidade], um por um, para demonstrar seu valor através de seu trabalho” (KELLEY, 1978, p. 113).

Um júri que é solicitado a considerar o alinhamento de barreiras de controle de fluxo [de água] parecerá cheio de dúvidas e não-convencido quando dito apenas do características de vazão e teorias de engenharia. Quando ajudado a ver o sistema como produto final de gerações de decisões acumuladas, vazão a vazão [...] as incertezas do júri desaparecem e o julgamento correto torna-se claro (KELLEY, 1978, p. 112)<sup>3</sup>.

A crítica ao movimento da História Pública americana dos anos 1970 – que se auto-assumia como alternativa de emprego a uma retração de postos de trabalho na universidade americana – mereceu condenação crítica do historiador francês Henri Rousso em 1984, questionando o Movimento em artigo que criticava o surgimento, em Paris, em 1983, do primeiro gabinete de serviços históricos, que combinava no nome do negócio uma palavra inglesa e outra francesa: *History Publique*. Empresas privadas e órgãos governamentais americanos estavam sendo acusados de contratar historiadores para setores históricos específicos criados dentro de empresas, tratando o historiador como profissional que aplicava o método histórico fora da universidade, forjando, para indignação de Rousso, o que seria um outro historiador sem o fundamento epistemológico do ofício científico da História e mais ligado à História como *business*. O escritório de serviços de que reclamava Rousso oferecia:

toda uma série de serviços, desde a redação de folhetos históricos à informatização de arquivos de empresa, passando pela assistência jurídica. Ele se dirige a toda uma panóplia de clientes: empresas, coletividades locais, associações. Ambiciosa, sua iniciativa procura vender a história como um serviço econômico, a despeito de seus campos tradicionais, o ensino, a pesquisa ou a edição (ROUSSO, 1984, p. 105).

Rousso afirmava ainda que o que caracterizava a participação contratual de historiadores nos anos 1970 não era nada novo, mas a vontade de institucionalizar o fenômeno [da colaboração historiadores e tomadores de decisão] e de responder a uma demanda tradicional organizando a oferta (p. 109). Mary Stevens (2010), quase trinta anos depois, assinala a virulência da posição de eruditos franceses como Henri Rousso, alegando que – num contexto de vigilância pelos historiadores dos usos públicos do passado – outros “intelectuais temem a emergência de um regime opressivo de exatidão histórico-político e o fechamento do livre debate” (p. 135)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Considerados fundadores de um Movimento de História Pública nos Estados Unidos, Robert Kelley e G Wesley Johnson tinham formações distintas. O primeiro era um especialista em História Ambiental, e o segundo um historiador africano com interesse em história local e de comunidades. O termo História Pública refere-se as políticas dos inícios dos anos 1970, quando problemas de degradação ambiental e de envelhecimento urbano levantaram novas questões de responsabilidade pública.

<sup>4</sup> A vigilância a que a autora se refere liga-se criação do CVUH (*Comité de Vigilance face aux Usages Publics de l'Histoire*, o Comitê de Vigilância face aos Usos Públicos da História) na França em 2005 após tentativa de Nicolas Sarkozy de aprovar lei que, em seu artigo 4, exaltava a participação francesa na colonização africana. Historiadores reagiram, exigindo a revogação da lei, o que foi feito em janeiro de 2006 por Jacques Chirac. A reação gerou uma divisão entre historiadores e outros que rejeitavam as chamadas leis memoriais, dos últimos anos, incluindo a lei

Mas a História Pública, como Kelley e os integrantes do Movimento da História Pública americana nos anos 1970 e 1980 conceberam-na, recebeu duras críticas também nos Estados Unidos, encarnadas na relação condenável entre história, histórias corporativas e políticas públicas. Para De Groot, ocorreria “a falta de uma robusta teorização da disciplina, [o que] contribui para sua diversidade, mas no momento [em 2018] mais rigor é necessário quando considerar como História Pública pensa do ‘público’ e como isto concebe de ‘história’” (DE GROOT, 2018, s.p.).

O autor De Groot (2018) analisa a adoção pelas universidades britânicas de prática neoliberais gerenciais de empresas privadas, criticando a visão por um viés pragmático de obtenção de cargos e empregos para historiadores, entre os quais a participação de historiadores em processos de formulação de políticas públicas, afastando-os do lugar que Rousso identificava para o historiador: a universidade. De Groot questiona, de novo, que falta teorização à História Pública.

A História Pública carece de engajamento teórico nesta área, uma falta de acuidade em nível historiográfico com relação a instituições com as quais historiadores públicos trabalham (não apenas negócios, claro, mas também instituições de caridade, arquivos, museus e universidades). Isto conduziu a disciplina a uma falta de auto-consciência quanto a envolver-se com empresas, e significa que há poucas ferramentas internas de crítica para o cada vez mais contexto universitário neoliberal privatizado também (DE GROOT, 2018, s.p.).

Thomas Cauvin (2018a) comenta o texto de De Groot, com quem só em parte concorda. A história corporativa e política pública são ainda muito importantes nos Estados Unidos, porém, lá, a História Pública sofreu mudanças, nos anos 2000, em direção a instituições sem fins lucrativos, justiça social e ativismo. Há “várias correntes sobre o guarda-chuva da História Pública e o campo não pode ser tomado como um todo”, afirma Cauvin, para quem não é certo que haja falta de teoria crítica na História Pública mais, uma vez que, depois da grande voga de base governamental e empresarial da História Pública nos Estados Unidos dos anos 1980 e 1990 – nos anos 2000, garante o autor, “a maior parte dos programas universitários propuseram cursos e seminários sobre historiografia e prática histórica” (CAUVIN, 2018a, s.p.). O autor garante que cursos de História Pública discutem o que público significa e como é o papel do historiador ao trabalhar para clientes corporativos.

A definição americana de público foi a categoria analítica mais alvo de críticas, mesmo de autores anglo-saxões, uma vez que aquela definição não poderia ser generalizada para todos os países.

A crucial fraqueza da História Pública americana, num ponto de vista australiano (DAVISON, 1991) estaria num ponto levantado por diversos autores contrários à História Pública dos anos 1980 e 1990, qual seja: sua irreflexiva aceitação de um credo profissional baseado num modelo liberal de consenso social e uma pragmática teoria do conhecimento. Para Davison, o perigo do acolhimento de uma definição de história pública americana sem discussão residiria no acolhimento da “palavra ‘público’ com uma aura especial que deriva de um ideal de nacionalidade fundamentado na Constituição Americana e na Carta de Direitos, aprimorados nas doutrinas judiciais da Suprema Corte e expostos como produtos característicos da tradição liberal americana” (DAVISON, 2011, p. 6).

---

que criminalizava a negação do Holocausto e reconhecia os Massacres de Armênios em 1915 como genocídio, e a lei Taubira do mesmo ano, que reconhecia a escravidão como um crime contra a humanidade.

Também Ronald J Grele (1981), crítico americano da História Pública, assinala que o movimento nos Estados Unidos ignorou debates sobre o profissionalismo. O autor critica os Programas de História Aplicada, indicando que “historiadores públicos parecem estar elaborando o que foi sempre um menor empreendimento para historiadores – trabalhando para corporações ou como conselheiros governamentais ou funcionários – como foco principal de esforços históricos” (p. 46). Questiona com o que historiadores públicos têm trabalhado: “tão frequentemente a convocação para uma história relevante e socialmente significativa [...] canalizou historiadores numa mais estreita das carreiras: Trabalhar para aqueles que dominam, regulam, regem os instrumentos do poder social” (p. 46-47). E critica, também, a falta de teorização do campo sobre o que seja público: “deveria haver mais discussão de sindicatos ou comunidades de trabalho como trabalho histórico viável. Todos os esforços parecem ter sido direcionados ao mundo corporativo ou governamental. [...] Está em causa a maneira pela qual apenas um público entre outros tornou-se o público para a HP” (p. 47). Escrevendo na efervescência da expansão da História Pública, em 1981, Grele afirma sobre o movimento da História Pública americana: “parece ter aceitado uma muito mais estreita ideia da profissão e ao longo do caminho alguns de seus seguidores abraçaram a mais cínica visão do profissionalismo proposta pela academia. Ser um historiador parece significar ter um emprego, ganhar a vida, conquistar um refúgio seguro” (1981, p. 46).

No Brasil, a crítica mais feroz até o momento veio do pesquisador Jurandir Malerba (2015), o qual visa “pensar o próprio conceito de história pública e sua aplicabilidade no Brasil” (p. 27), mobilizando literatura internacional – “à luz dos debates sobre *Public History*” (sic) (p. 27). Para o autor: “a escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja, mas há de se manter a crítica permanente do que se veicula como historiografia” (p. 42). Ante o avanço de não-historiadores usando do passado sem observar protocolos que validam o conhecimento histórico acadêmico controladamente produzido, a preocupação de Malerba é com uma perda de competência do historiador acadêmico em dizer o passado. Se saberão, “por um lado, [...] mostrar à sociedade que fazer sentido do passado como história é importante e necessário; e, por outro, [se saberão] [...] atender à demanda da grande audiência com a produção de história popular de qualidade” (MALERBA, 2015, p. 44). O autor faz a crítica de um dos aspectos assumidos como tarefa de História Pública: o da divulgação, o da qualidade historiográfica e o da responsabilidade ética dos textos de história que chegam aos públicos, com relação aos quais defende que historiadores treinados no sistema de pós-graduação devem se manifestar. Neste mesmo sentido, Carvalho (2018) escreve texto em que indaga: Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?

### **História pública, indefinição ou múltiplas definições?**

Uma definição de história pública que não seja aberta demais que inviabilize saber do que estamos falando – e não só para a discussão brasileira – termina carregando certo consenso de que quase tudo, na falta de definição, acaba passando como História Pública. Há em torno dela consenso sobre sua indefinição, ou sua múltipla definição. Apesar do panorama geral de indefinição, no entanto algumas definições aparecem pontualmente em textos, mesmo que sirva só para o argumento momentânea de textos.

Embora Jill Liddington confirme que o conceito de História Pública seja um “conceito escorregadio” (2011, p. 32), ela, no entanto, sua análise demonstra convicção de que haja algo que seja história pública. A autora identifica a onipresença da história e a popularização do passado pelos meios eletrônicos de difusão: “o passado popular é apresentado como se estivesse logo ali, dobrando-se a esquina, a um mero estalar de dedos. Não é preciso passaporte ou uma longa viagem, você só tem que usar o controle remoto da TV, clicar com seu mouse, navegar pelo History Channel, e instantaneamente – muitas vezes prazerosamente – você estará lá” (p. 31-32). Liddington considera “a apresentação popular do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção histórica” (p. 34), analisando o que qualifica de “explosão de representações populares do passado”, assumindo que quer explorar “significados e usos amplos de história pública, feito tanto por profissionais quanto por acadêmicos” (p. 35). De Groot (2009 apud DI FILLIPO, 2011, p. 1) examina as “produções culturais contemporâneas” e seu consumo popular, tecendo “largo panorama de tipos de produção [midiática]”, certo de que “a reconstrução do passado é um negócio contemporâneo onde o público tem um lugar central”.

Mauad (2016) confirma a força do argumento em torno do produto midiático analisando material audiovisual, e a visualidade que caracteriza o material como vetor expressivo de arte como matéria para o público, com grande potência para uma das definições possíveis da História Pública em vista da ampla “dimensão pública da experiência visual” (p. 89). Sem dúvidas. Já o pesquisador Thomas Cauvin, arrisca uma definição de História Pública que se estende à profissão histórica.

Eu defino História Pública como sendo baseada em três particulares enfoques: a *comunicação de História para públicos não-acadêmicos*, a *participação pública*, e a *aplicação da metodologia histórica a temas do dia a dia*. Esses critérios relacionam-se com uma redefinição mais ampla da profissão histórica desde os anos 1960. Simbolizada pelo crescimento da Internet e novo acesso popular ao conhecimento, novas questões cresceram sobre o historiador e seu papel na sociedade (CAUVIN, 2018, p. 5, grifo meu).

Outra definição é do australiano Graeme Davinson (1991), no que segue a recepção da História Pública nos Estados Unidos e na Inglaterra, com relação a que entende que historiadores australianos talvez não tenham tomado o devido cuidado na recepção do termo. Para o autor, História Pública se encarna em “[historiadores] empregados na esfera pública”, e talvez se baseie num “paradigma científico de objetividade, imparcialidade ou autoridade”, sendo “o historiador como um assessor para opiniões especializadas, mais do que um advogado ou um intérprete” (p. 8). Sendo esta uma das definições possíveis de História Pública, está sujeita a críticas. Ela se escora na definição de Kelley:

No seu sentido mais simples, História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia: em governo, corporações privadas, mídia, sociedades históricas e museus, mesmo em práticas privadas. Historiadores públicos estão no trabalho sempre que em sua capacidade profissional, eles são parte do processo público. Um problema precisa ser resolvido, uma política precisa ser formulada, o uso de uma fonte ou a direção de uma atividade tem de ser mais efetivamente planejada – e um historiador é chamado a mostrar a dimensão do tempo: isto é História Pública (KELLEY, 1978, p. 111).

Da definição de Kelley derivaram muitas formulações. Mas autores ingleses, como Mary Stevens (2010), também analisam a participação de historiadores nos grupos de tomadores de decisão de políticas públicas. Assinala a criação de blogsites para debate sobre políticas com participação de historiadores. A autora cita o site inglês *History and Policy* (baseada numa parceria entre as Universidade de Cambridge e o Kings College de Londres, e que se apresenta em sua página oficial (<http://www.historyandpolicy.org/>) como uma *network* internacional com mais de 500 historiadores e que oferece uma variedade de recursos para historiadores, tomadores de decisão política e jornalistas. Por comparações importantes que fornecem meios para a discussão de tema tão controverso e que define História Pública em muitas realidades anglo-saxãs, Steven compara a relação de historiadores com políticas públicas na Inglaterra e na França, “onde desde 2005 [com a criação do CVUH] – historiadores têm estado em campanha contra certos usos da história por políticos” (STEVENS, 2010, p. 120).

O historiador brasileiro Ricardo Santhiago conseguiu fixar na literatura brasileira o que seria, senão uma definição precisa, dimensões da História Pública. Paul Knevel, historiador holandês, em 2009 (apud CAUVIN, 2018), havia enunciado semelhante perspectiva a de Santhiago. Outros (as) autores (as) brasileiros (as) já adotam a elaboração de forma corrente, e ela tem sido útil para uma apreciação inicial da História Pública que distingue quatro posturas: História Pública e público, do público, feita com o público e feita para o público (SANTHIAGO, 2016).

Algumas proposições eventuais, em textos de várias nacionalidades, firmam definição para o argumento no momento do texto que se desenrola acerca de alguma prática ou atividade executada, mas elas acabam resvalando para a mesma realidade de indefinição, mais em função de múltiplas definições e não de uma definição fechada e devidamente institucionalizada. Santhiago (2016) tem sido cético com uma definição única de História Pública, ao criticar autores que reivindicam uma definição internacional institucionalizada.

A História Pública – não é difícil de perceber – tem se conformado de diferentes maneiras a diferentes paisagens nacionais e institucionais, maneiras que podem acabar sendo negligenciadas no afã de se divulgar e instalar *uma* perspectiva (uma perspectiva entre muitas outras, nunca é demais repetir) (SANTHIAGO, 2016, p. 33, grifo do autor).

### **Consenso e dissensos em torno da história pública: divulgação, os públicos, disciplinarização da história, as funções da história e a memória**

Grande parte da literatura brasileira, e parte da literatura internacional, têm seu foco na questão da divulgação do conhecimento histórico. Este parece ser um consenso, mesmo que o mote na literatura brasileira sobre o campo seja o de que no Brasil, a História Pública começa a dar seus primeiros passos.

Davinson (1991) acredita que na Austrália haja “uma preocupação com a apresentação da História para um público ampliado, um foco forte sobre as habilidades práticas de interpretação e Comunicação” (p. 14). Mauad, Almeida e Santhiago (2016) justificam seu exame sobre alguns textos de História Pública: “de fato, a produção de materiais para circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos consiste em uma de suas modalidades mais nobres” (p.

12). A “preocupação em ampliar os públicos da história para além do saber especializado da produção acadêmica” (FERREIRA, 2016, p. 133) tem no cerne a divulgação.

No fervor da expansão da banda larga na Inglaterra, Liddington e Smith (2005) escrevem sobre a ampliação dos públicos e referem-se a preocupações sobre os processos de publicização da história, avaliando que “[aquelas] preocupações encontram-se nos processos pelos quais aqueles passados são apresentados a uma ampla variedade de audiências e leitores” (2005, p. 28). Noiret (2014) afirma que “a tarefa dos historiadores é de comunicar publicamente a história”. E Cauvin (2018, p. 22) defende que “O recente sucesso da História Pública internacional é devido a uma definição mais rica de História Pública e um contexto favorável no qual comunicar história a largas audiências transformou-se num novo modo de validar a pesquisa acadêmica”. Passada uma primeira vaga dos anos 1970 da História Pública americana, nos anos 2000 há um quadro de muito maior admissibilidade da História Pública em diversas outras áreas nacionais, onde a comunicação para largas audiências torna-se modo de validar a História e legitimar a História Pública. Se entendida divulgação como apresentação, a literatura brasileira ante a anglo-saxã fica a dever.

No Brasil, a análise da História Pública não tem implicado a consideração sobre a relação entre pesquisa e apresentação. Santhiago é uma exceção ao indagar se a pesquisa de História Pública é a mesma da História, uma vez que “a história pública engloba um conjunto de qualificativos que, salvo engano, requer modificações durante todo o processo de pesquisa, não apenas no momento de seu escoamento” (2016, p. 29). Liddington e Smith (2005) referem-se à apresentação da História aos públicos, ao mesmo tempo investigando os fatores que agem como reação, e cognição, dos diversos públicos quando se deparam com história divulgada.

Em outras palavras, nossos entendimentos do passado são em parte crescentemente formados por apresentações populares de história em livros, filmes, e especialmente, na televisão. [...] Experiência pessoal direta, junto com os velhos mitos por que nós vivemos e narrativas sociais com que vivemos, tudo compete em dar forma a como nós percebemos e lembramos o passado (LIDDINGTON; SMITH, 2005, p. 30).

As funções da História como pensadas dentro da História Pública brasileira parecem se diferir da literatura anglo-saxã, marcadamente pragmática. A função pública da História parece pensada de maneira bastante diferente no Brasil, onde o entendimento do papel do historiador não é explicitado, a rigor, como fazem autores anglo-saxões. Para alguns deles, a função dos historiadores na História Pública deve ser articulada às atividades que desenvolvem.

Outra tentativa de abordar o que seria a História Pública resente-se de certa distância de que o historiador precisaria para abordar o passado disciplinarizadamente, quando está envolvido numa prática de história pública. Uma tentativa de contornar uma definição é considerar que o historiador nunca fará História Pública se não se perguntar sobre sua disciplina e suas prescrições relativas a um universo de indagação especialista em que a pretensão de monopólio do conhecimento é uma contradição em si mesma. É com este sentido que o historiador finlandês Jorma Kalela (2013) trata a definição a partir de algumas atividades de professor acadêmico e de historiador público.

O professor Kalela acredita que o historiador público não pode ser – quando além da academia lidando com públicos que não são seus alunos acadêmicos – como o profissional disciplinarizado que

é dentro da universidade. O autor narra sua experiência de História Pública como consultor junto a trabalhadores numa fábrica de celulose – *Papperillito* – na Finlândia, um serviço encomendado de História pelo sindicato dos trabalhadores da fábrica, em 1980. A escrita dessa história é feita *com* os trabalhadores, para o que é imprescindível a suspensão de alguns princípios conceituais da História acadêmica, segundo o autor. Kalela criou “40 círculos de pesquisa de 200 trabalhadores ativamente engajados com o passado nos quais eles definiram seus próprios parâmetros para fazer a história” (KEAN, 2011, p. 2). É o historiador finlandês quem traz seu depoimento da experiência.

Uma vez que aceitaram a ideia de que eles tinham o mesmo direito de definir o conteúdo de história como um historiador profissional, os círculos proliferaram. Este alvoroço era a maneira dura na qual eu descobri que o conceito acadêmico tradicional de história que eu trazia como garantido era, por sua natureza, paternalista. Eles tinham o direito de estudar o que em sua visão era sua própria história, mais do que tomar como certo um conceito pronto disto (KALELA, 2011, p. 55 apud KEAN, 2011, p. 2).

Kalela sugere trocas de princípios de pensamento como a base de uma história feita em colaboração, ou com o público. “O novo padrão de pensamento sugere uma cooperação dinâmica e recíproca entre profissionais e outros historiadores, uma colaboração na qual ambos os lados aprendem um com o outro” (KALELA, 2013, p. 39). O autor afirma que “a medida que suas investigações [dos historiadores] ganham sentido pela história do dia a dia que os rodeia, historiadores treinados deveriam refletir sobre sua profissão em primeiro lugar como uma instituição cultural e apenas depois em termos de uma disciplina acadêmica” (2013, p. 25).

É quase – mas não inteiramente – consensual que a História Pública retira do historiador profissional o monopólio do conhecimento histórico. “A escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja” (MALERBA, 2014, p. 42).

Outra categoria que implica na disciplinarização é a de trabalho colaborativo, associada a ideia de que o trabalho acadêmico é solitário e a história pública promove e desenvolve certo espírito de equipe. A categoria trabalho colaborativo é componente importante de outras tentativas de caracterização da História Pública por outras atividades. A definição de *Public History* esposada por Robert Kelley em seu texto de 1978 apresenta uma das consequências de práticas de pesquisa em que alunos em formação dentro de cursos de História Pública acabam desenvolvendo, ao contrário dos historiadores acadêmicos. “Em nosso planejamento do programa, nós falávamos com historiadores já empregados em lugares públicos. Nós aprendemos que estudantes precisam trabalhar em situações de equipe, o que é o contrário da atividade profissional entre historiadores acadêmicos”<sup>5</sup> (KELLEY, 1978, p. 117). Outras experiências em variadas situações de colaboração são igualmente mencionadas.

Talvez, porém, um dos maiores dissensos entre a História Pública brasileira e anglo-saxã estaria na discussão capital sobre os públicos da História.

A literatura brasileira ainda não apresenta discussão sobre eles, tema corriqueiro em parte da literatura anglo-saxã da História Pública. “‘*Public History*’ é uma expressão que continua a fugir de uma

---

<sup>5</sup> Em 1976, Robert Kelley e Wesley Johnson organizavam o primeiro curso de História Pública nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, Santa Barbara.

definição aceita. Isto pode ser devido em parte a relativa novidade do termo bem como a tão ampla natureza dos conceitos tanto de 'história' como de 'público'" (CASTENADA, 2009, p. 119).

Talvez Schitino (2016) seja uma insólita exceção no cenário da discussão brasileira sobre os públicos, embora a discussão da autora seja meramente teórica, ao tratar não empiricamente o que poderia ser o comportamento de públicos por meio das considerações que Habermas e Arendt fizeram do público moderno na vida pública. Na literatura brasileira, a ausência de discussão ou mesmo de pesquisas empíricas sobre públicos é a tônica – públicos parecem ser um dado implícito que não é explicitado. Historiadores brasileiros que analisam as interfaces privilegiadas entre História Pública e História Oral admitem que haja no público uma autoridade de história a ser compartilhada com o historiador acadêmico, mas assim mesmo não desenvolvem a análise sobre como o público pensa, recebe, seleciona, processa e apresenta a história que sabe. História Oral e História Pública são assumidas por seu parentesco radical uma com a outra. A autoridade do público é quase o único dado sobre ele que existe fixado no cenário da História Pública brasileira.

Citado há pouco, Malerba (2014) menciona o aspecto, sem desenvolvê-lo. "Quando se pensa a dimensão pública da história, é preciso considerar não apenas a mensagem ou o locutor, mas como diversas audiências recebem tal mensagem" (p. 42). Malerba aciona autores que frequentam o viés (o americano Roy Rosenzweig, a britânica Jill Liddington e a anglo-búlgara Ludmila Jordanova), mas trata o público como alguém a quem falta algo, cabendo aos historiadores com urgência o suprirem de conhecimento histórico, antes que os escritores de história no Brasil sem formação, o façam. A tradição anglo-saxã e sua literatura diferem muito da brasileira neste aspecto.

Roy Rosenzweig e Davi Thelen, nos Estados Unidos, fizeram pesquisa sobre públicos em 1994, com 808 respondentes, por telefone, conduzida pelo Centro de Elaboração de História na América, da Universidade de Indiana. Eles tinham como fim corrigir o que consideravam uma distorção: americanos notórios deploravam a "ignorância pública existente de nossa [americana] herança cultural". "Nós esperamos que este livro ajude a afastar a discussão de consciência histórica da conversa rápida egoísta sobre que americanos não sabem ou cuidam sobre história. (Foi reconfortante que apenas um colaborador continuou a construir americanos como narcisistas rasteiros indignos de serem levados a sério)" (THELEN, 2000, p. 39).

Ludmilla Jordanova (2008) também examina como agem aspectos motivacionais individuais e emocionais no processo de construção do conhecimento histórico presumido de outros públicos não acadêmicos.

Por que pessoas sem motivação direta pessoal ou motivação profissional poriam atenção íntima a complexidades da história??? Aqui eu entendo história num sentido forte – uma disciplina formal que demanda habilidades especializadas, expertise e conhecimento, incluindo um entendimento crítico de fontes materiais e uma familiaridade com uma variedade ampla de maneiras com as quais evidências podem ser interpretadas (JORDANOVA, 2008, s.p.).

Para Jordanova (2008, s.p.), emoções "desempenham uma grande parte em história pessoal, e é útil para historiadores terem maneiras de pensar coerentemente sobre seus efeitos em todas as narrativas do passado". Públicos fazem do passado sua memória histórica e envolvimentos pessoais emocionais são indispensáveis. Para a autora o historiador deve examinar em nível pessoal-individual

e familiar o que acontece para que indivíduos se interessem por histórias, para, depois, tomá-las mais amplamente.

E no argumento da historiadora britânica Jill Liddington, o público é categoria essencial de sua definição de história pública, que considera uma oportunidade de “aperfeiçoar nossa própria prática [de historiador]”, pensando sobre “o que *queremos dizer por ‘público’*” (2011, p. 35, grifo da autora).

O historiador americano David Glassberg (1997) conecta sua análise de públicos com estudos de memória para discutir um “senso de história”<sup>6</sup>. Para ele, públicos é assumido como resultado de uma vaga de pesquisas correlatas de vários historiadores acerca da natureza da memória e as diferenças entre memória e história. “Nós ainda não sabemos quase nada sobre como práticas de memória variam por raça, classe, gênero, região ou por nação” (GLASSBERG, 1997, p. 69). A investigação do passado que fazem os historiadores e a apropriação do passado que os públicos fazem diferem muito. Para eles, não estão em jogo preocupações intelectuais típicas dos historiadores eruditos treinados segundo uma orientação científica.

Reconhecer os usos pessoais do passado pode ser especialmente difícil para historiadores profissionais, porque como parte de formação pós-graduada nós fomos ensinados a deixar de lado nosso vínculo a uma versão particular do passado de um modo a tornar profissionais, assim como nós fomos ensinados quando entrar no mercado de emprego nacional a desprezar nosso vínculo a um lugar particular. Nós somos treinados a deixar de lado a comunicação dos aspectos emocionais de história que vêm cuidadosamente tratados por romancistas e filmmakers com passados e lugares particulares, e deixar de lado a análise de sentimentos de orgulho, raiva e perda que acompanha reflexões de psicólogos sobre o passado pessoal. A despeito de nossas reivindicações de relevância, a tradição de destaque intelectual entre historiadores tem funcionado como uma verificação para manter o passado a distância mais do que alertar-nos para pensar duro sobre os “naufrágios” entre passado e presente que Jo Blatti descreve. Necessariamente, enquanto historiadores públicos, nosso foco está na criação de uma história pública que é largamente intersubjetiva e que fala para uma variedade de audiências. Nós necessitamos *entender* os significados individuais encontrados no passado e seus artefatos, o que eles estão procurando no passado. Enquanto os profissionais historiadores estão falando sobre ter uma interpretação de história, o público fala sobre ter um senso de história, uma perspectiva sobre o passado como cerne de quem eles são e os lugares que importam a eles (GLASSBERG, 1997, p. 70).

Resenhando o livro do australiano Paul Ashton e da britânica Hilda Kean, o historiador da Universidade americana de Sacramento, na Califórnia, Christopher Castenada (2009), mesmo admitindo que *Public History* [seja] “uma expressão que continua a fugir de uma definição aceita”, no entanto assegura que “pela ampla lente de História Pública, nós podemos ver mais claramente o papel do público em geral em fazer e entender história, já que na história pública o termo sugere que “o público em geral tem um papel vital em fazer observar e interpretar história em todas as suas formas e significados” (p. 119). O autor indica que o livro de Ashton e Kean diz “sobre as muitas maneiras nas quais nós tanto criamos como experimentamos o passado”. Ao comentar o texto de Glassberg, o

---

<sup>6</sup> O autor publicou em 1990 *American Historical Pageantry: the uses of tradition in the early twentieth century* (Ostentação histórica americana: os usos da tradição no princípio do século XX) e, depois, em 2001, “*Sense of history: the place of the past in American Life*” (Senso de história: o lugar do passado na vida americana). “Um Senso de História” (*A sense of history*) também é o título de um de seus textos discutidos aqui, numa espécie de mesa-redonda promovida pelo periódico *The Public Historian*, a revista do poderoso Comitê Nacional de História Pública americano. O texto de Glassberg e os cinco textos com comentários a seu texto estão publicados em *The Public Historian*, v. 19, n. 2, (Spring) 1997.

historiador público oral Michael Frisch (1997) sugere movimentos que o estudo da história pública precisaria tomar, “especialmente em nível comunitário, familiar e individual”, em direção a que a “Psicologia, Experiência Social, Cultura Política, e cultura popular mediada por meio de massa convergem” (1997, p. 42).

Muitas vezes, leituras de textos *de* e sobre História Pública produzidos em países anglo-saxões, com realidades sociais, políticas, culturais e econômicas tão obviamente diversas da brasileira – dão-me a sensação de que uma definição de História Pública que considere o que seja público segundo o grau de engajamento político dos autores oscila de país para país de acordo com concepções vigentes do que seja o público – se massa, consumidor, popular, classe, famílias, indivíduos.

Tratando como diversos autores, durante a década de 1980 americana, manejavam a relação memória e história, visando à análise de História Pública, David Glassberg (1996), agora em outro texto, lamenta que “A despeito do desenvolvimento simultâneo da História Pública e escritos sobre memória pública [...] pouca coisa os conecta.” Para o autor, a interação história acadêmica e história pública oferece a chance de compreenderem o trabalho com públicos, e sua falta pode enfraquecer um processo de revitalização da profissão de historiador.

Compreender os vários modos nos quais sociedades pensam sobre o passado e usam isto no presente pode ajudar historiadores públicos a entenderem os contextos institucionais nos quais operam e também os pressupostos sobre história com que o público aborda seu trabalho. [...] historiadores públicos estão bem posicionados para contribuir com esta intelectualidade. Os *insights* de historiadores públicos adquiridos do trabalho com o público numa variedade de posições, um conhecimento de primeira-mão de como o conhecimento histórico é criado, institucionalizado, disseminado e entendido, pode ajudar a revitalizar a profissão histórica inteira enquanto redefine-se tanto profissionalmente como intelectualmente nos anos do porvir (GLASSBERG, 1996, p. 8).

O autor trata a possibilidade de que memórias particulares, pessoais e comunitárias vernaculares sejam incorporadas por agências governamentais e, de cima para baixo, adotadas como memória pública partilhada, comunicada como história nacional. Ao mesmo tempo, Glassberg alerta que “por décadas”, uma “velha intelectualidade” ensinou uma memória homogênea, e que, agora, uma “nova intelectualidade” vê a “intelectualidade profissional histórica não como o único pensamento sobre história, mas uma entre várias versões do passado competindo por influência sobre públicos em tempos e lugares particulares” (1996, p. 9). Glassberg constrói seu texto menos como definição precisa de História Pública, mas como contribuição à análise dos fatores que a tornam pensável. A discussão de Glassberg traz à tona questão, a meu ver, indispensável: como o estudo da memória implica considerar a eclosão de reivindicações sobre memórias diversas contrastadas a grandes nacionalismos, ou, em outras palavras: como o passado é tomado como passado nacional.

Analisando o argumento memorial de Glassberg, Michael Kamem (1997) é categórico ao defender que há “uma profunda vinculação da memória coletiva com a identidade nacional” – no caso, americano. Para reforçar aquela “excessivamente forte” vinculação, o autor é imperativo: “Nacionalismo e, num grau menor, o Estado-Nação, continua a moldar a memória coletiva de várias maneiras de modos potentes, uma tendência que eu acredito persistirá por um longo tempo” (p. 50-51). Kammen

desliza sua análise da História Pública como espelhada num item decisivo da vida pública americana: o de uma cultura da nacionalidade constantemente reforçada, e exaltada. Uma ideia de partilhamento de memória comum ao se propor uma definição de História Pública é difícil de ser aceita sendo os Estados Unidos a base. As realidades não são todas a imagem e à semelhança da realidade nacional americana. O exacerbado nacionalismo e a supressão das diferenças e da diversidade americana prevista num pensamento homogêneo pode minar uma análise comparativa produtiva.

Certamente seria proveitosa uma discussão ainda ausente na literatura brasileira, porém muito constante de outros países: a da relação história pública e nacionalismo. Stevens (2010) analisa a situação diferenciada dos historiadores ingleses e franceses quanto ao papel público dos historiadores, por meio do exame da progressiva tendência cognitiva que substitui a história pela memória no acesso ao passado. A suspeita de que a memória está sendo mobilizada para fins anti-republicanos tem contribuído para uma reação negativa substantiva em relação ao conceito [de memória] na França. Seu argumento baseia-se em iniciativas inglesas e francesas para lidar com aquela tendência. Não obstante diferenças de percepção sobre a função do papel público dos historiadores no Reino Unido e na França, a autora diagnostica que, tanto ingleses como franceses, de certo modo lidam com o recrudescimento do embate história e memória, indicando que “existe uma linha tênue entre a ideia de memória como um contradiscurso coletivo que contribui para a proliferação democrática de vozes através de sua operação anti-hegemônica, e a ideia de memória como uma ferramenta a serviço de nacionalismos etno-raciais exclusivos” (2010, p. 135).

Até o momento é razoável que a literatura brasileira não tenha apresentado discussão correlata a respeito do tema, num contexto de produção em que muitos textos destacam a diversidade brasileira e não sua homogeneidade.

### **Uma discussão ausente no Brasil: a empregabilidade**

Historiadores americanos desfrutavam da história fora da academia em atividades diversas. E bem antes dos anos 1970. As iniciativas desenvolveram-se nos Estados Unidos principalmente em torno de trabalhos de historiadores nos Parques Nacionais e em História Militar, uma vez que, após as I e II Guerras Mundiais, houve investimento americano em escrever, senão exaltar, seu passado de glórias escrevendo sobre História do Exército americano. Fato marcante foi, ainda, a criação, em muitos departamentos e órgãos governamentais, e em empresas privadas, de setores/seções de História que empregavam historiadores. Arquivos e sociedades históricas locais ampliavam o campo de trabalho de historiadores ainda sem formação especializada. O movimento da História Pública nos Estados Unidos nos anos 1970 se deu num contexto em que “muitos historiadores trabalhavam fora da academia em arquivos, sociedades, parques nacionais, museus, agências federais ou em corporações empresariais. Embora, aqueles praticantes não fossem considerados historiadores profissionais” (CAUVIN, 2018, p. 7). Esta a realidade na origem das afirmações que dão conta de que a História Pública americana teria sido criada a partir de ações provindas de dentro da universidade. Não, não foi. Cauvin assegura que práticas de História Públicas eram bem anteriores.

A definição americana mais encarnada no texto de Kelley (1978) firmou uma tradição de grande fôlego, ao institucionalizar realidade com muitas oportunidades de empregos para historiadores. Porém,

se, num primeiro momento – não sem críticas – este fato fez vibrar os mercados público e privado para a absorção de mão de obra historiadora, hoje parece servir de matriz para a reflexão em torno de como trabalhar para empresas e Estado, e mesmo assim se manter fiel a uma suposta índole profissional firmada no princípio da história-ciência sem tornar-se um negócio que despreza critérios básicos do conhecimento. Seria possível?

É preciso nuançar e relativizar a onipresença da definição de História Pública como nos Estados Unidos ao fim dos anos 1970, e não pensá-la como se ela definisse a pauta – ainda hoje, na segunda década dos anos 2000 – da recepção e elaboração da História Pública junto a boa parte dos historiadores no mundo. Não é assim mais, e ainda há resistências – mesmo nos Estados Unidos – daquilo que nos anos 1980 desafetos qualificavam como *business* ao referir-se à História Pública a maneira americana. A discussão brasileira ainda não chegou ao tema do *business*.

Embora para os países anglo-saxões seja razoavelmente consensual que a História Pública – num contexto de retração de empregos universitários – veio com um fim, primeiro, de institucionalização de empregos para historiadores formados em práticas públicas que, desde muitas décadas antes, já envolviam historiadores, esta discussão não está em pauta na realidade brasileira. Muito embora a discussão já tenha sido ligeiramente aventada em termos como espaços de atuação e lugares de trabalho e, mesmo assim, num e noutro Encontro da ANPUH. Em 2010, o texto de apresentação da ANPUH-RJ reiterava a urgência de “reflexões sobre temas como o mercado de trabalho do historiador e a regulamentação de sua profissão” (ANPUH RJ, 2010). E em 2014, na ANPUH MG, o título do Simpósio foi: “Profissão historiador: formação e mercado de trabalho” (ANPUH MG, 2014).

No calor da expansão da História Pública fora da universidade nos Estados Unidos, Otis Graham (1979) avalia os custos e benefícios da empregabilidade, confirmando que “após a expansão vigorosa do Estado e dos governos locais pelos anos 1950 e 1960”, os anos 1970 são um “tempo desfavorável para novos empregos”, e as novas oportunidades estariam vindo do fato de que os Estados estariam substituindo velhas burocracias por burocracias modernas que pudessem oferecer apoio analítico.

Mas a maior razão é o reconhecimento, lento e hesitante, e incompleto, como isto é, de que o historiador tem muito a oferecer a moderna gestão. O apetite de tomadores de decisão por apoio analítico cresce com a modernização e complexidade [...] Historiadores que reconhecem e cultivam suas próprias habilidades pode em alguma medida participar na tomada de decisões do amanhã dos setores privado e governamental (GRAHAM, 1979, p. 37).

Recuando até o fim do século XIX para fazer sua análise, Ronald Grele (1981) detecta que nos anos 1960 houve um movimento de história local que oferecia alternativa para o emprego universitário. Crítico da História Pública, diz que o que está acontecendo nos Estados Unidos naquele momento não é nada novo, mas são campos de atuação ocupados por historiadores praticantes não acadêmicos antes, e que, em tese, estão sendo cooptados pelo movimento da História Pública dos anos 1970. E contra qualquer conclusão apressada, Davison (1991) adverte: “Há um perigo quando acadêmicos podem perceber historiadores públicos como meros trabalhadores alheios na fábrica da história, um grupo de submissos transformando produtos de inferior qualidade em um ritmo mais rápido e com uma taxa de remuneração mais baixa” (p. 5). Neil (1981) reclama que os projetos de revitalização de prédio

e lugares de patrimônio do Reino Unido não incorporam os historiadores, e que a história está sendo eliminada da preservação histórica.

A discussão brasileira sobre empregabilidade é praticamente ausente, embora seja razoável acreditar que uma das motivações pela profissionalização do historiador seja a presumida expansão do emprego. Este é um dissenso entre a discussão brasileira e a anglo-saxã. O tema da empregabilidade é necessariamente controverso e o que dizem os anglo-saxões podem servir de categorias de análise para a discussão brasileira.

### **Considerações finais: possíveis práticas públicas de história no Brasil e as dissenções sobre a institucionalização**

Para Cauvin (2018), a História Pública americana não foi criada nos anos 1970, mas naquele momento ela foi institucionalizada. A distinção separa o movimento da História Pública de práticas públicas para além da academia. O autor identifica história pública antes de haver História Pública ainda não debatida. Seu argumento valoriza análises que visam verificar, mesmo em realidades em que o debate sobre História Pública não exista, a existência de práticas públicas que caracterizem uma história pública não institucionalizada. A institucionalização cria o debate, mas não cria o fato que ensejou a institucionalização do debate. A análise da realidade brasileira, por exemplo, pode receber aqui um fomento: antes de 2011 já havia práticas de história fora da academia.

Nos anos 1980, a tônica americana teria pautado o debate da História Pública como história “aplicada, orientada por contrato na maior parte dos países anglo-saxões [...], enquanto os anos 2000 marcariam um desenvolvimento derivado de análises devido a geral reavaliação do papel dos historiadores” (CAUVIN, 2018, p. 5). Mas não deixa de ser importante para a reflexão sobre a aderência a História Pública a diferença de envolvimento com a história e o passado entre Estados Unidos, Europa e outros países do mundo.

Embora eles criarem um modelo de História Pública norte-americano, baseado na aplicação da História – nos anos 1980 o processo de internacionalização não foi uma simples difusão e recepção dos critérios americanos. Se a internacionalização largamente falhou nos anos 1980, foi parcialmente devido a muita específica abordagem norte-americana da História Pública mas também devido ao limitado número de historiadores acadêmicos europeus com experiência fora da academia que pudessem apoiar o desenvolvimento da História Pública em universidades (CAUVIN, 2018, p. 22, grifo do autor).

Dentre pressões para a institucionalização e internacionalização da História Pública, há autores que desejam uma homogeneidade de abordagem. Serge Noiret descreve as atividades desenvolvidas em 2014 no então II Simpósio Internacional de História Pública acontecido no Brasil, realçando a variedade de práticas existentes propostas no simpósio. Mas reclama: “Por que a Rede, um grupo descentralizado e federal de historiadores pertencentes a diversas universidades, utilizou o termo ‘internacional’ para qualificar um Simpósio sobre história pública brasileira?” (NOIRET, 2014, s.p). O historiador brasileiro Ricardo Santhiago solicita cautela quanto ao processo de internacionalização/institucionalização da História Pública.

Minha reivindicação é por [...] uma internacionalização com cautela. Já estamos plenamente internacionalizados no que diz respeito ao nosso pensamento: temos um pluralismo epistemológico muito grande que nos permite aprender e apreender a partir de diversos quadros de referência. [...] Carecemos de uma internacionalização estratégica que permita à produção intelectual brasileira ocupar um lugar de relevância no circuito de distribuição internacional do conhecimento (SANTHAGO, 2016, p. 31).

A História Pública se desenvolveu e se adaptou-se a realidades historiográficas ao longo de em três décadas. Há um viés da História Pública, ainda hoje, que permanece sem perder seu enraizamento numa definição americana, mas que sofreu adaptações e rediscussões. O modelo americano foi bastante criticado, mas ela passou, e ainda passa, por um processo de atualização que envolve uma internacionalização diversa daquela que, em princípios de 1980, os fundadores do movimento desejavam infundir.

O argumento de Cauvin sobre a existência de práticas públicas é importante à medida que, num dado grau, ele auxilia a caracterização do que pode ter acontecido para a adoção da História Pública em alguns ambientes intelectuais. Ao indicar que o momento da História Pública não é mais o dos anos 1970, induz pensar a especificidade das práticas nacionais sem que isso inviabilize se falar de um campo diverso dito história pública. O Brasil apresentaria a sua história pública.

Em texto que publiquei em 2015<sup>7</sup>, após pesquisa feita no primeiro semestre de 2012, constatei razoável demanda por história fora da academia solicitada a cursos de História, do que derivavam práticas – importante que se diga: práticas não-institucionalizadas – dentro de cursos e departamentos de História brasileiros com o fim de levar a história para outros públicos e mesmo conviver/interagir com eles por via de projetos de Extensão e afins. Demandas sociais vindas de fora da universidade por História são bastante mencionadas nas apresentações dos cursos e na fala de professores. A História Pública a maneira brasileira possivelmente incorpora a realidade identificada de atuação do historiador fora da academia, diagnóstico do qual resultou o texto que justifica o Projeto de Lei de 2009 que cria a profissão de historiador:

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística (CONGRESSO NACIONAL, 2009, s.p.).

Do que se infere a partir das sugestões de Cauvin (2018) é que, hoje, nos anos 2000, a motivação da História Pública é outra, uma vez que países fizeram a recepção específica conforme suas realidades. E esqueceram a intenção primeira no bojo do movimento americano dos anos 1970 de se criar um novo historiador e relativizar o papel científico da história, problematizando o papel e a função social da História e do historiador, sem subtrair sua relevância de cientista com atributo de

---

<sup>7</sup> O texto é “Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de História brasileiros” e está publicado em Revista de História Saeculum, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2015. Foi feita pesquisa *online*, tanto investigando o que o texto de Apresentação dos cursos falava sobre eles mesmos nos sites, quanto por meio de e-mails em contato com então coordenadores e, eventualmente, seus professores. Fiz contato com integrantes dos cursos quando os sites dos cursos traziam publicado o e-mail institucional do coordenador.

conhecimento especialista. O movimento da História Pública nos anos 2000, como no Brasil, desenvolveu-se do questionamento do papel da função social da História e do historiador, uma vez que, no país, o tema da função do historiador já está posta na agenda da discussão desde os anos 1990 – pelo menos. Nos anos 2000, as discussões dos historiadores avançaram sobre o tema, que se desdobrou em discussões sobre mercado de trabalho, usos do passado, públicos, formas e espaços de atuação, lugares dos historiadores. Fazendo, às vezes, cogitar de movimentos pragmáticos por procura de espaços de atuação, e de trabalho, para além da academia. A História Pública obriga ao reconhecimento de que ninguém tem o monopólio do conhecimento histórico certo. E que há histórias e histórias. A que se chega com várias abordagens.

Uma apreciação apressada das discussões sobre a História Pública americana como material que convém pouco analisar, porque marcado por princípios de análise e objetos de pesquisa embalados por uma cultura do consumo e dos serviços prestados como *business* – em oposição a uma pesquisa séria, orientada metodologicamente para uma ciência problematizadora e colocadora de questões relevantes – uma apreciação apressada assim pode esvaziar motivos e motivações relevantes ao contexto brasileiro e – arrisco-me a dizer – a todos os países envolvidos.

Além da atenção às especificidades, há, no entanto, muitas preocupações e indagações semelhantes, e estudos podem migrar entre países a fim de ajudar a reflexão de questões específicas. Muito de nossos problemas de pesquisa sobre História Pública também são os de outros países. Vejo aí espaço para consensos. É o que tenho detectado em minha pesquisa.

## Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História Pública em debate*. Patrimônio, Educação e Mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ANPUH RJ. Memória e Patrimônio. *Texto de apresentação do site do XIV Encontro Regional de História*. 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=357](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=357)>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ANPUH MG. Profissão historiador: Formação e Mercado de Trabalho. *Texto de apresentação do site do XIX Encontro Regional de História*. 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 169-174.
- ASHTON, Paul; KEAN, Hilda Kean *People and their pasts: Public History Today*. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan. Resenha de: CASTENADA, Christopher J. *Public History Review*, v. 16, p. 119-121, 2009.
- CAUVIN, Thomas. The rise of Public History: an international perspective. *História Crítica*, n. 68, p. 3-26, 2018.
- CAUVIN, Thomas. *Reply*. 2018a. Disponível em: <<https://public-history-weekly.degruyter.com/6-2018-12/neoliberalism-public-history/>>. Acesso em: 10 nov. 2018:
- CONGRESSO NACIONAL. *Projeto de Lei n. 368 de 2009*. Regula o exercício da profissão de historiador e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/64881.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.
- DAVISON, Graeme. Paradigms of Public History. *Australian Historical Studies*, v. 24, n. 96, p. 4-15, 1991.
- DE GROOT, Jerome. April 2018. *For what it is 'worth'*. Neoliberalism and Public History. Disponível em: <<https://public-history-weekly.degruyter.com/6-2018-12/neoliberalism-public-history/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

- DE GROOT. Consuming history. *Historians and heritage in contemporary popular culture*. New York, Routledge, 2009. Resenha de: DI FILIPPO, Laurent. *Questions de Communications*, n. 20, p. 384-385, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/2171>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de História brasileiros. *Revista Saeculum*, n. 32, p. 159-181, jan./jun. 2015.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 29-38.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na História Pública. Balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 133-147.
- FRISCH, Michael. What Public History Offers, and Why It Matters. *The Public Historian*, v. 19, n. 2, p. 41-43, Spring, 1997.
- GLASSBERG, David. Public History and the Study of Memory. *The Public Historian*, v. 18, n. 2, p. 7-23, Spring, 1996.
- GLASSBERG, David. A sense of History. *The Public Historian*, v. 19, n. 2, p. 69-72, Spring 1997.
- GRAHAN, Otis L. Historians and the World of (Off-Campus) Power. *The Public Historian*, v. 1, n. 2, p. 34-40, Winter, 1979.
- GRELE, Ronald J. Whose public? Whose history? What is the goal of a public historian? *The Public Historian*, v. 3, n. 1, p. 40-48, Winter 1981.
- JORDANOVA, Ludmilla. How history matters now. *History & Policy*. 2008. Disponível em: <<http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- KALELA, Jorma. History Making: the Historian as Consultant. *Public History Review*, v. 20, p. 24-41, 2013.
- KALELA, Jorma. *Making History*, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2011.
- KAMEN, Michael. Public History and the Uses of Memory. *The Public Historian*, v. 19, n. 2, p. 49-52, 1997.
- KEAN, Hilda. Introduction. *Public History Review*, v. 18, p. 1-11, 2011.
- KELLEY, Robert. Public History; its origins, nature and prospects. *The Public Historian*, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.
- KNEVEL, Paul. Public History. The European Reception of an American Idea? *Levend Erfgoed. Vakblad voor public folklore & public history*, v. 6, n. 2, p. 4-8, 2009.
- LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele; ROVAI, Marta G de O. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.
- LIDDINGTON, Jill; SMITH, Graham. Crossing cultures: Oral history and Public History. *Oral History*, v. 33, n. 1, p. 28-31, Spring, 2005.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. *Revista História da Historiografia*, n. 15, p. 27-50, ago. 2015.
- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens: artes visuais e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 87-96.
- NEIL, J. Meredith. Is There a Historian in the House? The Curious Case of Historic Preservation. *The Public Historian*, v. 2, n. 2, p. 30-38, Winter 1980.
- NOIRET, Serge. L'internationalisation de l'Histoire Publique. *Public History Weekly*. 2014. Disponível em: <<https://public-history-weekly.degruyter.com/2-2014-34/internationalizing-public-history/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ROSENZWEIG, Roy; DAVID, Helen T. *The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life*. New York: Columbia University Press, 1998.
- ROUSSO, Henry. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n. 1, p. 105-122, jan. 1984.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SCHITINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

STEVENS, Mary. Public Policy and the Public Historian: the changing place of historians in public life in France and the UK. *Public Historian*, v. 32, n. 3, p. 120-135, 2010.

THELEN, David. But is it history? *The Public Historian*, v. 22, n. 1, p. 39-44, Winter 2000.

Recebido em: fev. 2019.

Aceito em: abr. 2019.

---

*Bruno Flávio Lontra Fagundes*: Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do curso de História, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. E-mail: parabrunos@gmail.com